

O monumento epigráfico, um caso sério em Museologia

José D'ENCARNAÇÃO

Desenvolveram-se enormemente, nos últimos 25 anos, os estudos epigráficos e a consequente identificação de monumentos um pouco por toda a parte, de tal modo que não há praticamente nenhum museu, mormente se de Arqueologia ou de âmbito local ou regional, que não integre no seu acervo várias «pedras com letras» datadas do tempo dos Romanos ou mesmo da Idade Média ou dos tempos modernos.

São, efectivamente, peculiares as características deste tipo de monumentos, o que implica uma atenção particular à sua técnica expositiva. E há que estarmos sensibilizados para tal.

Na verdade, a primeira ideia a reter é a de que, de um modo geral, esses monumentos andam dispersos: metidos nas igrejas – em pináculos, nas paredes, a servirem de pia de água benta ou de pedestal de um santo; encastradas em paredes; reaproveitadas numa ponte, num peitoril, num portal, a servir de coluna; usadas com novos letreiros; abandonadas por terras e caminhos; guardadas em colecções particulares, em local apropriado ou num pátio ao ar livre. Trata-se, de facto, de um património por cuja recolha e/ou salvaguarda o responsável pelo museu local deve pugnar.

No passado, a recolha em museus fez-se, em regra, atabalhoadamente, uma vez que esse tipo de peças – pesadas, feias, de mensagem sóbria e enigmática... – parecia mais destinado a reservas ou a um pátio interior. E, assim, não será raro vê-las a monte, sem indicação de proveniência, sem registo... – a possibilitar, de resto, ao epigrafista o inesperado achamento de inéditos ou a identificação de peças que há muito julgara perdidas. Um «armazém» foi outra das hipóteses, como acontecia, até há pouco, na chamada 'catedral' de Idanha-a-Velha.

Aqui e além, contudo, criaram-se «galerias lapidares», geralmente a ocuparem pórticos (não raro os museus eram adaptações de antigos edifícios com pátio interior) e jardins. Bem conhecido, por exemplo, o caso do Museu da Sociedade Martins Sarmiento, em Guimarães, até há muito pouco tempo (fig. 1). Esse esquema se adoptou no Museu dos Condes de Castro Guimarães, de Cascais, e é bem sabido como o pátio interior

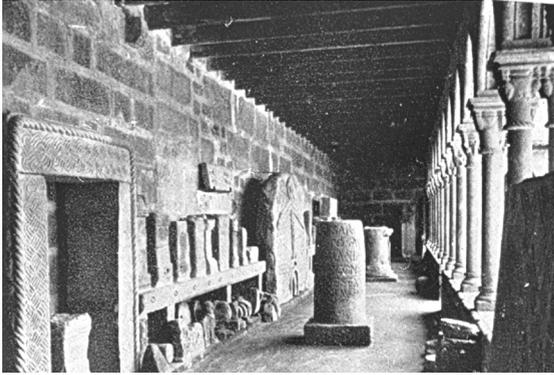


Fig 1

de uma selecção: que é que vai ser exposto, que é que vai para a reserva... Aliás, nesse domínio, tanto o Museu Distrital de Évora como o Museu Regional Rainha D. Leonor, de Beja, resolveram o problema: puseram no pórtico interior as inscrições mais significativas e o resto foi para a reserva, no primeiro caso, para o pátio, no segundo.

É que, de facto, 'pedregulhos' assim apresentam sérias dificuldades de sistematização. Vamos arrumá-los por temas, como fez D. Fernando de Almeida quando juntou, no primeiro andar do Museu de Belém, tudo o que dizia respeito a Endovélico? Privilegiaremos, ao invés, as áreas geográficas: tudo o que diz respeito à necrópole de Silveirona (Estremoz), tudo o que se prende com *Olisipo*... Ou – sejamos práticos – usamos apenas a técnica do espaço disponível? No Museu de Elvas, as placas epigrafadas romanas foram encastradas na parede, ainda que isso tivesse levado a partir



Fig 3

do revestimento de azulejos; em Beja, todos os cantinhos se aproveitaram e, por isso, até o alpendre junto à entrada, tem peças epigrafadas de grandes dimensões, como o pedestal em honra de Lúcio Márcio Píero ou as cupas mais avantajadas. Em Faro, no então chamado Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique, o lintel do templo ao Imperador ficou assente sobre duas mísulas de pedra porventura nossas contemporâneas. No anterior Museu do Castelo de Vila Viçosa – que precedeu a excelente arrumação nele feita sob orientação da Dra. Jeannette Nolen – fragmentos de epígrafes estavam em prateleiras, algumas colavam, mas nada se ousara fazer.

Depois, há os problemas estéti-cos. Encontradas, a maior parte das vezes, em reaproveitamento que as desfigurou, as lápides não seduzem pela forma. Daí que se não hesitasse em colar-lhe etiquetas de madeira negra mesmo na face dianteira (fig. 3) e se escrevesse, em letras gradas, o número de inventário, bem à vista de todos...

do Museu Nacional de Arqueologia, antes da actual arrumação, estava pejado de pedras com letras, entre as quais medrava a erva... No Museu do Abade de Baçal, em Bragança, as epígrafes quase que serviam de embelezamento do jardim. E quando se procedeu à reinstalação (se assim se pode dizer) do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, de Castelo Branco, as peças epigrafadas saíram para o pátio e por lá ficaram, na expectativa

E o peso – com a consequente dificuldade de ‘manobra’ – foi constituindo um óbice maior, pelo menos até se terem inventado os modernos processos de deslocação desses ‘pesos’ sem os molestar. Não é segredo para ninguém que a remodelação do Museu Nacional de Arqueologia e o consequente armazenamento em prateleiras fortes e em contentores do abundante material epigrafado resultante da pesquisa de Leite de Vasconcelos se não fez sem alguns desaires.

Não há, na actualidade, museu nenhum que não tenha encetado ou não esteja para encetar um processo de remodelação e de nova apresentação das suas colecções de forma didáctica e atraente. E se para as demais peças arqueológicas se requer imaginação e bom gosto, para o que às epígrafes diz respeito, designadamente as epígrafes romanas, é mesmo preciso reflectir maduramente e, nesse aspecto, do parecer do epigrafista dificilmente se poderá prescindir, a não ser que o museólogo detenha já luzes bastantes acerca do real significado das peças em presença.

E, aqui, uma palavra merece atenção maior: objectivo. A exposição – pensada quer em termos de permanente quer como temporária – tem um programa. Nesse programa, que papel está reservado às epígrafes?

Em Conímbriga, por exemplo, um museu monográfico, cujo programa é dar a conhecer o quotidiano das gentes que por ali passaram, as epígrafes vão sendo significativamente espalhadas: aqui, a mostrar que havia oficinas lapidárias; mais além, a exemplificar o tipo de escrita e o respectivo suporte; em seguida, a saudação – **V(tere) F(elix)**, «Felicidades!» – do anel de uma matrona. Na sala reservada ao fórum, o cipo a homenagear um dos notáveis conimbricenses que nesse fórum, um dia, fez promessas eleitorais... Ao fundo, no recanto destinado ao mundo do Além, os ex-votos, os epitáfios dispostos como que em necrópole, os esconjuros e os mágicos dizeres...

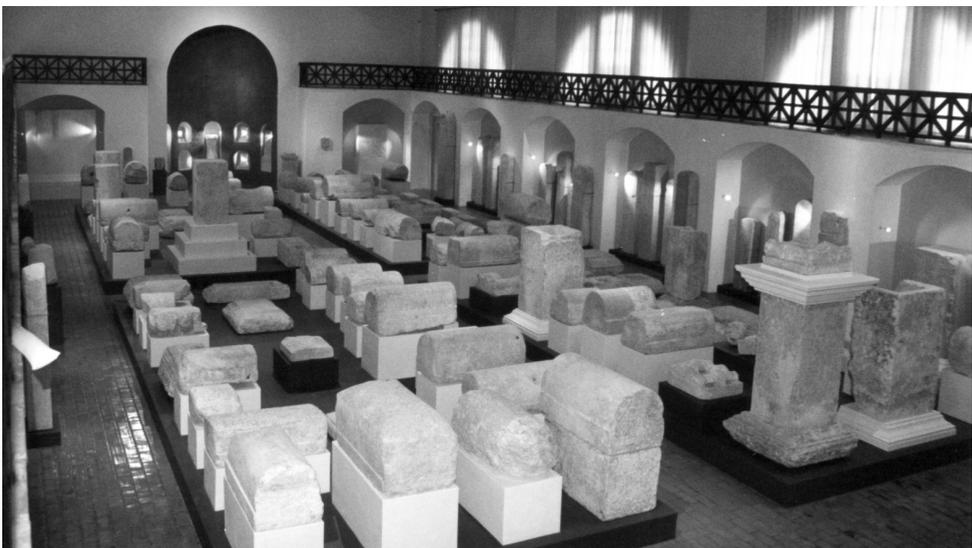


Fig 2

Em Odrinhas, ao invés, temos um «livro de pedra», ou melhor, inúmeros livros de pedra, que era preciso mostrar na sua quantidade, pois isso de modo especial caracterizou as gentes romanas que por ali passaram, há mais de dois mil anos atrás. A pedra abundava, os epitáfios eram de moda, a necessidade de «salvar o nome do esquecimento» impunha-se às famílias de ricos proprietários que, logo desde os primórdios da chegada dos Romanos, ali lograram prosperar. Portanto, importava mostrar, como numa basílica que parece de ar livre, com seu *cardo* e seu *decumanus*, os muitos epitáfios encontrados, registo fiel dessas famílias ilustres. E, na cabeceira, em abside, como em altar-mor, os ex-votos diversos, no ritual sagrado... (fig.2).

Aliás, esse esquema acabou José Cardim Ribeiro por o utilizar na exposição *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, exactamente porque, neste domínio da relação entre os homens e os deuses, o que mais nos impressiona, porque foi o que ficou, é esse «falar das pedras»...

Claro que teremos regras a sugerir: a colocação junto às paredes, mas nunca nelas embutidas, para que se possa ver a espessura e analisar a peça também pela sua face posterior (já lá vai o tempo em que apenas o texto interessava numa epígrafe!...). A utilização de peanhas para que a leitura se faça sem esforço, ou melhor, para se dar uma ideia tão aproximada quanto possível do que fora o contexto arqueológico do monumento. A iluminação cuidada, porque, se é mui presumível que, originalmente, essas letras foram pintadas, hoje não o estão e é através de uma luz rasante que a leitura melhor se fará. A legenda – como, de resto, para as demais peças – não deverá impor-se mas servir, discretamente, como guia explicativo quanto baste (porque teremos o Guia ou, mais explícito ainda, o Catálogo).

Quebra-cabeças maior é a reserva. Desde logo, porque requer amplidão de espaço; depois, por ter de dar ao estudioso acessibilidade à peça na sua totalidade. A colocação de pequenos fragmentos em prateleiras metálicas afigura-se-nos boa prática, sendo, porém, requerida a maior atenção para, num adequado registo, se saber exactamente onde é que a peça se encontra.

Dir-se-á, à partida, que a maior parte das epígrafes constantes da colecção de um museu, mesmo local ou regional, se destina a ficar em reserva, aguardando o dia em que lhe seja dada a honra de vir a figurar numa exposição temática temporária. Contudo, nada impede que, num museu com um núcleo exíguo de epígrafes, não se opte por tudo expor, devidamente enquadrado e explicado. Pensa-se, amiúde, que um fragmento com três-quatro letras não merece o trabalho da sua exposição. Depende! Também aqui não há receitas mágicas, porquanto tudo se relaciona com o significado que esse fragmento pode ter. Imagine-se que é mármore de Estremoz/Vila Viçosa numa zona em que predomina o granito! Constituirá, nesse caso, ainda que indecifrável ou indecifrada, uma peça a não descurar!

O Museu da História da Cidade de Barcelona poderá ser, nesta problemática, um exemplo a reter. Sito em pleno centro histórico, contendo no seu subsolo as ruínas de *Barcino* – para onde se desce num elevador que, significativamente, nos faz recuar no tempo... – manteve nessas ruínas, frequentemente no próprio local de achado, as epígrafes identificadas (fig. 4). Mas Barcelona é fecundo manancial; por isso, o Ayuntamiento recorreu a amplos armazéns, na periferia da cidade, para onde



Fig 4

trasladou tudo o que era peça epigrafada que não caberia no sempre exíguo espaço de um museu de história e que também não teria cabimento no Museu Arqueológico propriamente dito. E aí, colocados sobre estrados de ágil deslocação, os monumentos podem facilmente ser examinados e fotografados em todas as posições que se deseje (fig. 5).

Merece referência especial o ficheiro. Tem o museólogo a preocupação de o actualizar em relação a todas e a cada uma das peças que constituem o acervo do museu ao seu cuidado. Contudo, há peças e peças. E, sem querer considerar ‘excepcionais’ as peças epigrafadas, o certo é que, nos últimos tempos, se têm multiplicado estudos e referências e análises às mais diversas epígrafes, porque outras interpretações se deram, outros dados novos surgiram... Um ficheiro epigráfico actualizado é, pois, fundamental, não só para servir de bom guião para uma eventual exposição temporária



Fig 5

a fazer futuramente ou para os elementos a divulgar quando a epígrafe for escolhida para «peça do mês» ou «do semestre», mas também para ajudar na elaboração de um bom catálogo ou apoiar eficazmente o investigador que a pretenda re-analisar.

Nas páginas 38-40 da 3ª edição da minha *Introdução ao Estudo da Epigrafia Latina* (Coimbra, 1997), dou conta do que, à data, existia nesse domínio dos catálogos epigráficos dos

museus portugueses. O panorama mantém-se sensivelmente idêntico, embora se espere que, a muito breve trecho, boa parte dos museus municipais com inscrições romanas e medievais lhes dê a atenção que, como fonte histórica singular, efectivamente merecem. Mas não há que lamentarmos de atrasos: o próprio British Museum tem o seu acervo epigráfico arrumado ainda à maneira antiga, as peças umas ao lado das outras; as etiquetas, embora elucidativas, a necessitarem de actualização... No Metropolitan de Nova Iorque, os monumentos expostos são muito bonitos; contudo, nem sempre se

diz donde são provenientes (*bonni soit qui mal y pense!*...). E só muito recentemente, com o apoio da American Academy in Rome se publicou, por iniciativa de John Bodel e Stephen Tracy, uma «checklist» das *Greek and Latin Inscriptions in the USA* (Roma, 1997), de que Maria das Dores Girão Cruz fez adequada recensão na *Conimbriga* (38, 1999, 235-238). Quantas colecções particulares e institucionais se poderão dar ao luxo de ter bons catálogos, como aqueles a que o Gabinete de Antigüedades da Real Academia de la Historia, em tão boa hora, lançou mão: *Epigrafia Hispánica*, da responsabilidade de Juan Manuel Abascal e Helena Gimeno e a colaboração de Isabel Velázquez (Madrid, 2000, 390 páginas, dotadas de utilísimos índices); e *Epigrafia Prerromana*, da responsabilidade de Martín Almagro-Gorbea, com a colaboração de Manuel Molina Matos, José Manuel Galán, Luis Alberto Ruiz Cabrero e Concepción Blasco Bosqued (Madrid, 2003, 544 páginas, também elas bem secundadas por índices da maior utilidade)?!

No volume XIV (1985) da revista *Conimbriga*, apresentei (p. 239-240) breve recensão do primeiro livro que expressamente abordou esta temática: *Il Museo Epigrafico*. Editado em Faenza (1984), contém, nas suas 640 páginas, as comunicações apresentadas a um colóquio internacional, realizado na Emilia-Romagna, no Outono de 1983, sob a égide da Association Internationale d'Épigraphie Grecque et Latine, ciente da problemática que, nessa primeira parte da década de 80, a valorização museológica das epígrafes estava a despertar. Nessa obra, a única que, até ao momento (que eu saiba), expressamente se debruçou sobre as questões que se prendem com esta temática, se poderão colher, ainda hoje, sábios ensinamentos.

Antonina Maria Cavallaro e Patrizia Framarin escreveram, na revista *Epigraphica* (L, 1988, 264-272), uma breve mas substancial nota intitulada «Il nuovo museo dell'Ospizio del Gran S. Bernardo. Problemi di riordino e proposta di fruizione di una raccolta antiquaria in un piccolo museo del territorio», bem elucidativa pois dá particular relevo à apresentação do espólio do importante santuário rupestre (Pan de Júpiter) aí existente, junto ao *Lacus Poeninus*, constituído por inúmeras placas votivas dedicadas a *Poeninus*, a *Iuppiter Poeninus* e às *Dominae*.

Útil será, ainda, a leitura dos comentários feitos por Giancarlo Susini ao *Lapidarium Hungaricum* (*Epigraphica*, LI, 1989, 255-256), uma interessante iniciativa da Academia das Ciências da República da Hungria. Recorde-se, a propósito, que o último texto escrito por aquele eminente e saudoso epigrafista foi dedicado precisamente ao Museu de Odrinhas, cuja concepção elogiou (cf. «Em Sintra, entre os “livros” esculpidos pelos nossos avós», *Al-madan*, 10, Dez° 2001, 210-211).

Outro autor que a esta problemática vem dedicando grande atenção é António Sartori, de Milão. Dele recordaria, a propósito, o comentário «La memoria dei cittadini: il lapidario urbano», *Arte Lombarda* (Rivista di Storia dell'Arte), nuova serie, 90-91, 1989, 7-14.

Enfim, pela sua especificidade e pelo hermetismo da sua mensagem e do seu significado, o monumento epigráfico arrisca-se, de facto, a ser, mais do que as outras, no museu, uma peça morta. Competirá ao museólogo e ao epigrafista fazerem-no aiosamente ressuscitar na sua luzidia roupagem de importante **objecto cultural**.